



Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP — 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL — 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT — 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Gulomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB — 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB — 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT — 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL — 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE — 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justo - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 1993

(TERÇA-FEIRA).

Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Toti Colaço.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khurv, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Alqaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Freqonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Ernani Pudell, Luiz Henrique Bona Turra, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Of. ATG 0779/93

Curitiba, 20 de Julho de 1993.
 Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que, em cumprimento à determinação contida no Of. n° 4362-GP/93, de 16 de julho de 1993, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, permanece no cargo de Governador do Estado.

Aproveito para colocar-me à disposição de Vossa Excelência e dessa Augusta Assembleia Legislativa, ao tempo em que apresento os meus protestos de alta conside-

ração.

(a) MÁRIO PEREIRA
 Governador do Estado em exercício

"TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
 Estado do Paraná

Of. n° 4362 GP/93

Curitiba, em 16 de julho de 1993.
 Senhor Vice-Governador.

Comunico à Vossa Excelência que o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral em sessão realizada nesta data, julgou a Ação Constitucional n° 07, cassando o mandato do Excelentíssimo Governador Roberto Requião de Mello e Silva, por unanimidade de votos com a sanção de declaração de inelegibilidade.

Outrossim com respaldo em "liminar" concedida pelo insigne Ministro Sepúlveda Pertence no Mandado de Segurança n° 2.086/93, deverá Vossa Excelência assumir o cargo.

Aproveitamos a oportunidade para cumprimentá-lo e renovar os protestos da mais distinguida consideração.

(a) ADOLPHO KRÜGUER PEREIRA
 Presidente"

JUSTIÇA ELEITORAL
 MANDADO DE SEGURANÇA N° 2.086 - PARANÁ
 (CURITIBA)
 IMPETRANTE: MÁRIO PEREIRA, VICE-GOVERNADOR
 ADV. DR. GABRIEL GUY LÉGER

D E S P A C H O

Corre no TRE do Paraná ação de impugnação do mandato do Governador do Estado.

Para o processo - que tem por objeto o pedido exclusivo de "cassação do mandato do réu" (f.24,34), isto é, do Governador - não foi requerida nem efetivada a citação do Vice-Governador.

Na contestação, suscitou o Governador a existência de litisconsórcio passivo necessário com o Vice-Governador e também com o PMDB e demais partidos pelos quais concorreram ao pleito (f.36, 47 ss.).

O despacho saneador, contudo, da lavra do então relator o Prof. E.D. Moniz de Aragão, repeliu o litisconsórcio, acentuando (f. 75):

"d) Litisconsórcio, fundado em que o mandato do Vice-Governador do Estado sofre eventuais reflexos do julgamento a ser proferido neste processo e por isso ele deveria ser considerado litisconsorte necessário. O argumento não tem consistência, pois não há litisconsórcio no caso, visto como não existe relação jurídica comum que o justifique. Embora eleito com o Governador, o Vice-Governador a ele não está vinculado de modo a ser litisconsorte neste processo, pois ato algum lhe é impu-

tado. Caso não é portanto de ser citado."

O Governador interpôs agravo regimental, desprovido, no tocante ao litisconsórcio necessário, com fundamentação similar a da decisão agravada (f.97, 98).

Ainda sobre o mesmo ponto, rejeitou o TRE embargos de declaração, assentando (f. 108, 109):

"Não procede, outrossim, alegada dúvida, capítulo dos embargos de declaração em que o embarcante pretende que o Tribunal esclareça as conseqüências que o possível e futuro julgamento deste processo poderá acarretar ao mandato do Vice-Governador, assunto estranho ao objeto do processo, por isso não apreciado. Nada há, pois, a esclarecer."

Do indeferimento do recurso especial do Governador - cujo teor não consta destes autos, mas cujos fundamentos, segundo informa o impetrante, abrangeriam a questão do litisconsórcio necessário, manifestou-se Agravo de Instrumento para o TSF (Rec. 9.534), que aguarda o parecer do Ministério Público Eleitoral, desde 12.12.1991 (f.128).

Agora, é o Vice-Governador que impetra mandado de segurança.

Alega recear que o TRE venha a acolher o parecer da Procuradoria Regional, no ponto em que, depois de opinar pela procedência da ação, aduziu:

"Também entendemos que não poderia assumir o Vice-Governador, posto que da mesma forma foi beneficiado com manobras ilícitas."

Daí, argumenta a impetração (f.8):

"Não resta dúvida de que a manifestação, agora, do Ministério Público Eleitoral, contraria todas as manifestações anteriores do próprio Tribunal Regional Eleitoral, no que diz respeito ao litisconsórcio, sugerindo que o impetrante, na hipótese de procedência da ação de impugnação não poderia assumir. Ora! justamente para evitar essa violação constitucional contra o requerente é que por mais de uma vez foi o tema levado a debate. Aliás, continua pendente de julgamento junto a este Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

Porém, acolhido o parecer do Ministério Público o impetrante poderá sofrer prejuízo irreparável sem o devido processo legal. Em outras palavras, sofrerá as conseqüência diretas de um processo do qual não foi parte."

Comprovando que o TRE/Pr se tem reunido extraordinariamente nas férias em curso e que o processo está incluído em pauta, pede o Vice-Governador o deferimento liminar da ordem para (f. 21):

"a)-suspender o julgamento da ação de impugnação de mandato n° 07, classe 6ª, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, até final decisão no agravo de instrumento

já em trâmite por esta Corte Superior, e que trata do litisconsórcio arquiado pelo Governador do Paraná em relação ao impetrante, ou

b) conceder a ordem para o fim de excluir o impetrante, "a priori", da eficácia de qualquer decisão que vier a ser proferida no processo."

Estou em que não é de deferir liminar suspensiva do processo.

Em caso similar, pelo contrário, faz poucos dias, suspendi liminar do TRE/Pr, deferida a Prefeito e a Vice-Prefeito, réus em ação de impugnação de mandato e que; a exemplo do que ora se pretende, solicitara a sustação da audiência de instrução e julgamento, até a decisão de agravo contra o deferimento de prova testemunhal requerida pelo autor.

Na oportunidade, ponderei (MS 2.080 - Suspensão):

"Sob o prisma do interesse das instituições e, pois, da ordem pública constitucional - que há de presidir no caso, ao delicado juízo da suspensão de segurança - importa assegurar, quanto possível, a rápida solução das pendências judiciais em torno da legitimidade dos mandatos eletivos em curso, seja qual for o resultado final, no caso concreto.

Se improcedente a impugnação ao mandado, cumpre que a dúvida se desfaça, de modo a resguardar a autoridade legítima do mandatário eleito, se procedente, urge fazer cessar, o quanto antes, a investidura viciada.

Não obstante, à falta da disciplina legal específica, que já tarda, teve o Tribunal de assentar, desde o Rec. n° 9.145 (...), Hugo Gueros, que a ação de impugnação de mandato deve seguir o procedimento ordinário.

Impõe-se, contudo, evitar que as delongas inevitáveis, daí decorrentes, sejam agravadas por protelações indevidas do rito processual, não apenas para garantir às partes o "due process of law", mas sobretudo, nos processos eleitorais, em favor do interesse superior das instituições.

Ora, para coibir manobras dilatórias, constitui regra fundamental que o agravo de instrumento, recurso cabível das decisões interlocutórias, não tenha efeito suspensivo do andamento do processo.

Contra a lei expressa que o nega, a jurisprudência, é certo, tem admitido o mandado de segurança, circunscrito, no entanto, a hipóteses excepcionais em que a carência de efeitos suspensivo do recurso viesse a acarretar danos irreparáveis ao direito provável do agravante.

Esse, seguramente, não é o caso: basta considerar que, revestida de eficácia suspensiva a apelação da sentença definitiva, o vício que acaso a macular não terá con-

seqüências, sobre o exercício do mandato impugnado, antes do julgamento de segundo grau.

Ao contrário, serão irreparáveis - se não procederem as nulidades alegadas nos agravos de instrumento - os resultados do retardamento indevido do processo, que lhe frustrará parcial ou totalmente, os efeitos práticos, na eventualidade da procedência da demanda."

"Mutatis mutandis", essas considerações se aplicam à espécie.

Acresce que, no caso presente, é difícil afirmar a probabilidade de que, no processo da ação movida exclusivamente contra o Governador, venha o col. TRE paranaense a emitir provimento de cassação do mandato de terceiro, o Vice-Governador, ora impetrante, depois de lhe haver explicitamente negado a legitimação para integrar o pólo passivo da relação processual.

De qualquer sorte, se isso vier a ocorrer, o impetrante teria, ao seu dispor, o recurso ordinário constitucional (CF, art. 121, § 4º, IV) e, se for o caso remédio expedito para sustar a execução imediata do julgado recorrido. Certo, antevidendo tais evidências, indaga a inicial "como poderia o impetrante recorrer em um processo do qual não foi parte.": sabe, no entanto, é claro, o ilustre autor da impetração, que, na hipótese cogitada, seria patente a legitimação do Vice-Governador para recorrer como terceiro prejudicado, como para requerer segurança.

De qualquer sorte, atento à plausibilidade dos fundamentos da impetração - no tocante a ser o requerente estranho ao processo -, e a fim de evitar pendências traumáticas advindas da eventualidade de concretizar-se a decisão temida, tenho por prudente o deferimento parcial da liminar, em caráter preventivo, para que, salvo trânsito em julgado, se abstenha o col. Tribunal impetrado de fazer executar contra o impetrante o julgado que, na ação referida, acaso lhe prejudique o exercício de mandato de Vice-Governador ou que dele decorra.

Comunique-se.

Publique-se.

Brasília-DF, 16 de julho de 1993.

MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE

Presidente

Curitiba, 18 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Em razão de recente pronunciamento do Deputado Florisvaldo Fier, encaminho informações sobre o PAID - Programa de Atendimento Integral da Demanda de Telefones, desenvolvido pela TELEPAR em parceria com a iniciativa privada, dentro do PCT - Programa Comunitário de Telefonia, regulamentado pela TELEBRÁS e pelo Ministério das

Curitiba, terça, em 20.07.93

Comunicações.

O documento PROCESSO DE PARCERIA traz todas as informações sobre o funcionamento do PAID e as atribuições de cada uma das partes envolvidas no programa.

Esta presidência fica à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento que seja necessário.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO CORDEIRO

Presidente

PROCESSO DE PARCERIA

O processo de Implantação de Terminais, em regime de parceria com a iniciativa privada, faz parte do plano de Atendimento Integral da Demanda (PAID) dentro da sistemática de contratação denominada "TURN-KEY DE EXPANSÃO".

A TELEPAR, ao implantar este Plano, teve como principais objetivos:

- Atender à demanda reprimida de terminais.

- Diminuir prazo de atendimento ao usuário final, agilizando a implantação através da redução de interfaces e contratos.

- Reduzir o custo do terminal implantado.

Basicamente podemos resumir a sistemática do processo da seguinte maneira:

- Telepar habilita e contrata Empreendedor através de licitação pública.

- Empreendedor comercializa os terminais.

- Usuário paga ao Empreendedor o valor equivalente a US\$ 1200.

- TELEPAR paga a diferença (se houver) entre o preço licitado e o valor equivalente a US\$ 1200.

- Empreendedor instala a planta.

- TELEPAR aceita planta instalada.

- Empreendedor transfere planta instalada para a TELEPAR.

- TELEPAR assume a operação e manutenção da planta instalada.

- TELEPAR repassa ações para o usuário.

A seguir abordamos, de forma sucinta, os principais pontos que caracterizam o processo na TELEPAR.

1) LEGAL

Este processo está regulamentado pelos seguintes documentos:

- Portaria 117/SNC de 13.08.91 que aprova a Norma Específica de Telecomunicações NET 004/DNPU - AGO/91.

- Prática TELEBRÁS 201 - 200 - 001 de AGO/91.

- Ofício circular 005/SNC de 19.12.91.

- Portaria 50/SNC de 17.02.92.

- Ct. Circ. TELEBRÁS 6410/019/92 de 23.09.92.

2) ABRANGÊNCIA

- Implantação/Ampliação de terminais telefônicos regulares.

- Implantação de terminais telefônicos fixos, na área rural.

3) SELEÇÃO DO EMPREENDEDOR

Conforme mencionado anteriormente, a seleção do Empreendedor para cada projeto é efetuada através de processo de concorrência pública realizado pela própria TELEPAR e dividido em 03 (três) fases distintas: habilitação, técnica e menor preço.

Nesta modalidade de concorrência só passa para a fase seguinte os Empreendedores devidamente qualificados na fase anterior.

HABILITAÇÃO: Visa credenciar somente Empreendedores com condições e recursos para cumprir as implantações previstas.

A habilitação é feita basicamente através da exigência de patrimônio líquido, comprovação de experiência (contratos e obras já realizadas), regularidade jurídico - fiscal, etc...

TÉCNICA: Verificação dos projetos técnicos sistêmicos, análise de alternativas de atendimento, utilização de equipamentos qualificados, etc...

COMERCIAL: Menor preço por terminal, exigência de Seguro Garantia e/ou Carta de Fiança que garanta a conclusão da obra em caso de inadimplência ou rescisão.

É permitida a formação de Consórcio, sendo que a Empresa líder do consórcio deve ser obrigatoriamente uma empresa nacional definida na forma da lei.

Somente é permitida a subcontratação de empresas devidamente cadastradas no Sistema TELEBRÁS e que tenham bom conceito/desempenho junto às Empresas do Sistema.

4) PLANEJAMENTO/ENGENHARIA

- Compor lotes "equilibrados" de localidades e setorizados no Estado, permitindo otimização de recursos e distribuição dos custos. O lote "equilibrado" engloba ampliações das principais cidades, expansão de cidades de porte médio e atendimento a pequenas/novas localidades, permitindo a obtenção de preço médio atrativo.

- Levantamento prévio da demanda.

- Licitar com base em pré-projeto de referência elaborado pela TELEPAR.

- Aprovação prévia do projeto técnico detalhado a ser implantado pelo Empreendedor.

- Implantar equipamentos qualificados tecnicamente.

- Revisão de conceitos e critérios de dimensionamento, taxa de ocupação de rede, módulos reserva, tráfego e outros parâmetros.

- Aplicar critérios de racionalização do projeto, atendendo-se ao horizonte de

planejamento considerado.

- Incluir cronograma de referência.

5) ASPECTO COMERCIAL DO PROJETO

- Levantamento prévio da demanda visando a viabilidade econômica do projeto.

- Incentivo para criação de linhas de financiamento junto aos órgãos governamentais competentes, visando a viabilização econômica do projeto.

- Caracterizar a participação da TELEPAR no processo, vinculando o nome da mesma à expansão contratada junto ao empreendedor, de forma a dar credibilidade ao processo e à comercialização.

- Preço máximo de venda destes terminais equivalente a US\$ 1200, fixado pela TELEBRÁS e constante do contrato entre a TELEPAR e os empreendedores, reajustado mensalmente pela coluna 27 - FGV.

- Pagamento das parcelas da TELEPAR vinculado à conclusão de eventos físicos/ativação.

- O contrato utilizado pelos empreendedores para comercialização dos terminais deste plano de expansão tem por base o próprio contrato que a TELEPAR tradicionalmente usa para comercialização dos seus terminais, com o objetivo de padronizar procedimentos e salvaguardar os direitos dos usuários.

6) CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Esta sistemática de contratação:

- Incentiva e possibilita o desenvolvimento de prestadores locais de serviços, contribuindo para a fixação de mão-de-obra.

- Possibilita a ampliação da gama de novas soluções para o projeto.

7) CONTRATAÇÕES

A TELEPAR lançou os primeiros Editais em DEZ/91, tendo até o momento realizado 06 (seis) contratações nesta sistemática, a saber:

Designação	Nº Terminais Contratados	Região	Empreendedor
Pacote Amarelo	22087	Sudoeste	PROMON
Pacote Azul	15704	Curitiba	Consórcio Pinheirinho e Reg. Equitel
			Metrop. Furukawa Inepar
Pacote Verde	5880	Litoral	ALCATEL
Pacote Laranja	19864	Norte/	Consórcio
		Nordeste	STC/OAS Socofer
Pacote Vermelho	21120	Sul/	ALCATEL
		Sudoeste	
Pacote Violeta	52551	Ctba	Consórcio
		(Total)	Equitel/ e Reg. Furukawa/ Metrop. Inepar

8) COMERCIALIZAÇÃO DOS TERMINAIS

Como define o processo de parceria, a

comercialização dos terminais é de responsabilidade do empreendedor. Cabe à TELEPAR apenas caracterizar sua participação no processo, dando credibilidade e confiabilidade ao plano de forma a tranquilizar os compradores, visto que a comercialização de telefones no mercado paralelo tem se caracterizado por fraudes e denúncias.

Assim, a PHONESUL é uma empresa privada, constituída pelos empreendedores, sem qualquer vínculo ou contrato com a TELEPAR, com o objetivo de centralizar as vendas, evitando que cada grupo empreendedor tenha que criar isoladamente sua estrutura de comercialização.

O nível 164 utilizado pela PHONESUL para comercializar os terminais é alugado da TELEPAR, as campanhas de vendas veiculadas em jornais e televisão é de exclusiva responsabilidade da PHONESUL e dos empreendedores, utilizando apenas a chancela (marca) da TELEPAR para credibilizar a venda, conforme definido em contrato TELEPAR/Empreendedores.

Cabe também à TELEPAR exigir dos empreendedores que as primeiras vendas sejam feitas exclusivamente à lista de espera da empresa, conforme define portaria da TELEBRÁS.

Of. n° 176/93

Curitiba, 15 de julho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar à Vossa Excelência, que durante o recesso parlamentar estarei ausente do país, visitando alguns países da Europa, em caráter pessoal.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,
(a) GERALDO CARTÁRIO

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Ofício ATG 0779/93, subscrito pelo Sr. Governador do Estado em exercício, constante do expediente, comunicando que por determinação contida no Of. n° 4362-GP/93, de 16 de julho de 1993, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, permanece no cargo de Governador do Estado.
Acuse-se o recebimento.

Ofício subscrito pelo Sr. Presidente da Telepar, constante do expediente, encaminhando informações sobre o PAID - Programa de Atendimento Integral da Demanda de Telefones, desenvolvido pela Telepar.
Ao conhecimento do Deputado interessado.

Ofício n° 176/93, subscrito pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando sua ausência do país, durante o recesso parlamentar, em função de viagem à Europa. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Gostaria de me inscrever no Pequeno Expediente para fazer uso da palavra em virtude do grave momento político por que passa o Paraná. Gostaria de fazer uso da palavra para ser solidário à Justiça paranaense.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde ao Deputado Mário Bezerra já de pronto dizendo a ele o seguinte. Em Sessões Extraordinárias não há pequeno, e grande expedientes e nem horário das lideranças. Por esta razão deixa de o inscrever.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal. Não estamos votando matéria nenhuma para verificação de quórum, isso deveria ser feito na aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, a Sessão não está encerrada ainda, nós temos outros comunicados a fazer e cabe, evidentemente, o pedido de verificação de quórum em qualquer momento da Sessão.

O SR. PAULO MAIA - Regimentalmente não foi desta forma que a Assembléia trabalhou até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa comunica a pedido do Deputado Geraldo Cartário: "Tenho a honra de comunicar que durante o recesso parlamentar estarei ausente do país visitando alguns países da Europa em caráter pessoal." A Mesa encaminha à Diretoria Legislativa para as providências.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Apelo para o bom senso de V.Exa., ao alto espírito democrático de V.Exa., a compreensão de V.Exa., a paciência de V.Exa. para que permita a nós, Deputados, nos pronunciarmos neste momento tão grave pelo qual passa o Paraná. Como parlamentar eu até rogo a V.Exa. que nos deixe falar, porque, infelizmente, há um clima no Paraná de alta solidariedade ao Governo Roberto Requião e não é a verdade. Porque há muitas vozes discordantes do que acontece, eu, particularmente, Deputado Mário Bezerra não concordo. Muito obrigado!

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Haja vista V.Exa. já definido as questões desta Sessão, que trata de uma Sessão Extraordinária e portanto não há inscrição

de oradores, eu retiro o pedido de verificação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a Ordem do Dia destinada ao Trabalho das Comissões.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado n° 6616 de junho de 1993;

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 239/93
colocar, à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba a funcionária desta Casa de Leis, ELIZABETH BARROSO ANTUNES, a partir de 01 de julho de 1993, com ônus para o órgão de origem, mediante ressarcimento, até 31 de dezembro de 1993.

(Prot. n° 6616)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 240/93

colocar, o funcionário ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula n° 045, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição do Poder Executivo do Estado do Paraná, com ônus para este Poder Legislativo.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 241/93

colocar, à disposição do Governo do Estado do Paraná, o funcionário desta Casa de Leis, ROGÉRIO HELIAS CARBONE, a partir de 01 de julho de 1993, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1993.

(Prot. n° 6531/93)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 242/93

colocar, à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a funcionária desta Casa de Leis JOCELY TERESINHA FRANKLIN CAMINHA ALVES, a partir de 01 de julho de 1993, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1993.

(Prot. n° 6685/93)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1° Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2° Secretário